

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA SOCIOEDUCAÇÃO FLUMINENSE: faces de uma raça, retratos de uma história

Erlon Couto Zacarias

APRESENTAÇÃO

O Centro-Sul Fluminense é uma das regiões do Brasil que concentrou o maior contingente de trabalhadores negros escravizados. Com o fim da escravidão, esse contingente populacional, espalhado pelos municípios e distritos, que se constituiriam com o advento da República, iria povoar e formar diversos núcleos populacionais na região, imprimindo uma identidade étnica, cultural e histórica africana a distintos bairros. Décadas passaram-se e os flagelos sociais que atormentam a população negra no Brasil não se fariam indiferentes ao Centro-Sul Fluminense: miséria, pobreza, desemprego, racismo, preconceito social e o tráfico de drogas atingem a juventude negra de maneira ascendente, assim como os índices de homicídios e a crescente estatística de adolescentes infratores negros. A Socioeducação, no Centro-Sul Fluminense, enquanto política pública federal e estadual, para atender esta parcela da juventude em caráter de vulnerabilidade social, responsabiliza-se por sua “ressocialização”. Qual o prospecto desta política pública de quase três décadas? Este é um dos principais objetivos deste projeto de dissertação.

TEMA E PROBLEMA

“(…) A carne mais barata do mercado é a carne negra, que vai de graça pro presídio e para debaixo do plástico, que vai de graça pro subemprego e pros hospitais psiquiátricos (...)”

O extremo controle social exercido sobre a juventude brasileira reflete dois extremos da barbárie capitalista nacional. O crescente índice da população carcerária jovem e negra, seja nos presídios, seja no Sistema Socioeducativo, e o também crescente e crônico recrutamento de jovens para o tráfico de drogas, os quais quando não são presos, desgraçadamente morrem assassinados, no que é chamado hoje de genocídio da juventude negra.

HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA

Segundo o Indicador de Homicídios na Adolescência, aproximadamente 257 adolescentes com idade entre 12 e 18 anos seriam assassinados em Resende, Volta Redonda, Barra Mansa e Angra dos Reis entre 2006 e 2012. Resende é a cidade do Sul Fluminense pior colocada no novo indicador federal, em 42º lugar, com previsão de 58 mortes. Volta Redonda tem também o maior número absoluto na previsão de mortes entre 2006 e 2012:115. Já Barra Mansa aparece na ponta de baixo da tabela, em 102º lugar na classificação do IHA. Angra dos Reis tem indicador ainda menor: 2,14. Com uma população de 20.029 jovens e adolescentes, a cidade litorânea deveria perder 43 deles para a violência entre 2006 e 2012, ficando no 106º lugar, sendo assim a cidade do Sul Fluminense melhor colocada no novo ranking federal.

Em 2012, 56.000 pessoas foram assassinadas no Brasil. Destas, 30.000 eram jovens entre 15 e 29 anos e, desse total, 77% negros. A maioria dos homicídios é praticada por armas de fogo e menos de 8% dos casos chegam a ser julgados. Os homicídios também vitimam majoritariamente negros, isso é, pretos e pardos. Foram 41.127 negros mortos, em 2012, contra 14.928 brancos. Considerando toda a década (2002 - 2012), houve “crescente seletividade social”, nos termos do relatório.

Enquanto o número de assassinatos de brancos diminuiu, passando de 19.846, em 2002, para 14.928, em 2012, as vítimas negras aumentaram de 29.656 para 41.127, no mesmo período.

CÁRCERE

Em números absolutos, em 2005 havia 92.052 negros presos e 62.569 brancos, ou seja, considerando-se a parcela da população carcerária para a qual havia informação sobre cor disponível, 58,4% era negra. Já em 2012, havia 292.242 negros presos e 175.536 brancos, ou seja, 60,8% da população prisional era negra. Constata-se assim que quanto mais cresce a população prisional no país, mais cresce o número de negros encarcerados.

SOLDADOS DO NARCOTRÁFICO

Em 2006, o Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social (IBISS) alertava que 8583 jovens, de 8 a 18 anos, estavam armados a serviço do tráfico em 379 bocas-de-fumo de 235 favelas cariocas. O número representa o dobro do efetivo dos três batalhões da Polícia Militar na Zona Sul - 2º BPM (Botafogo), 19º (Copacabana) e 23º (Leblon). Em comparação à primeira pesquisa, feita em 2002, a participação da mão-de-obra de menores de idade cresceu 27,5%. A pesquisa mostra que 16.004 jovens tinham envolvimento direto com o tráfico de drogas.

De acordo com o Ministério da Justiça, pelo menos sete jovens, entre 18 e 29 anos, ingressam no sistema prisional brasileiro a cada hora. O ritmo de entrada de jovens na prisão (68,4 mil/ano) supera em 58% ao de saída (43,2 mil jovens/ano). Isso significa que 187 jovens entram a cada dia em unidades prisionais, contra 118 que deixam o sistema.

VULNERABILIDADE SOCIAL

Segundo a Secretaria Geral da Presidência, dos 50, 5 milhões de jovens brasileiros entre 15 e 29 anos, 4,5 milhões estão em estado de risco, pois não têm o ensino fundamental e estão fora da escola e desempregados.

Os dados elencados acima evidenciam que os adolescentes brasileiros carecem de uma agenda de urgências no âmbito de todas as políticas sociais, o que amplifica os desafios da política de atendimento aos adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas.

Neste contexto, a história mostra que a proteção à criança sempre esteve subordinada às exigências de defesa social, ou seja, à proteção contra “futuros delinquentes”. Essa prerrogativa acabou por autorizar o controle de crianças e adolescentes em nome da proteção social.

Apesar dos avanços nos códigos, leis e estatutos para salvaguardar a infância e a adolescência, a política econômico-social dos governantes brasileiros, a partir da sexta República ou Nova República, não corresponde ao avanço legalista promovido pela Constituição de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990), pela Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993) e recentemente o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012).

Por quase trinta anos, o compromisso e a responsabilidade legal por esta parcela da juventude mais vulnerável socialmente patinou na política do Estado Mínimo e nas interrogações dos pressupostos jurídicos e/ou nas jurisprudências federativas que pudessem minimamente garantir o direito à vida a estes adolescentes que, em sua maioria negros, sofrem um verdadeiro genocídio.

JUSTIFICATIVA

A partir de minha experiência profissional dos últimos vinte e dois anos como socioeducador do Departamento Geral de Ações Socioeducativas, estudando o processo histórico que levou à fundação das unidades de semiliberdade do Centro-Sul Fluminense, sendo estas os principais centros de diagnóstico das políticas públicas para a juventude em “conflito com a lei” na região, verifico a crescente demanda de jovens negros que dão entrada nestas unidades ao longo dos anos, oriundos de mais de vinte municípios distintos, havendo nesse processo uma inter-relação histórica com a presença do negro no Vale do Paraíba e os flagelos sociais que sempre os atingiram. Tal fato abre uma lacuna acadêmica que referenda e justifica a viabilidade e relevância deste projeto em investigar a relação étnico-racial da Socioeducação com o lumpemproletário juvenil e negro do Centro-Sul Fluminense, sendo, assim, um estudo singular em seu objeto e em seu marco regional que muito há de contribuir para o trabalho do Novo DEGASE (Departamento Geral de Ações Socioeducativas) e concomitantemente para o trabalho da Socioeducação enquanto política pública .

REFERÊNCIAS

- BRASIL, FUNABEM. Compromisso Político e Diretrizes Técnicas 1987/1989. Fundação Nacional do Bem Estar do Menor/Ministério da Previdência e Assistência Social / MPAS. Coordenadoria de Comunicação. Março de 1987.
- BRASIL, Descentralização do Sistema de Atendimento a Menores no Estado do Rio de Janeiro. Documento Preliminar. Ministério da Previdência e Assistência Social/MPAS. FUNABEM/Fundação Nacional do Bem Estar do Menor. Julho de 1987.
- BRASIL. Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil/Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília. 2014.
- MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. São Paulo: Ática. 1986. PRIORE, Mary Del. História da Criança no Brasil. São Paulo: Contexto. 1995.
- RIZZINI, Irene. A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. São Paulo. Loyola. 2004.
- RIZZINI, Irene. PILOTTI, Francisco, (orgs). A arte de governar crianças: história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil. São Paulo: Cortez. 2009.
- SILVA, Sandra Gomes da. Prisão e Extermínio: Um estudo sobre as formas de controle social em tempos de barbárie. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UFJF, Juiz de Fora, Minas Geraes.
- SILVA, Wilson Honório da. O mito da democracia racial: Um debate marxista sobre raça, classe e identidade. Sundermann: São Paulo, 2016.
- STEIN, Stanley J. Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- VIANNA, Gisele Sakamoto Souza Vianna. Disciplina, Direito e Subjetivação. Uma análise, de Punição e Estrutura Social, Vigiar e Punir e Cárcere e Fábrica. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - IFCH, UNICAMP, Campinas, São Paulo.
- WACQUANT, L. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.